

DOI 10.53000/rr.v1i1.646

A LONGA EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO RURAL-URBANO

PARA ALÉM DE UMA ABORDAGEM
NORMATIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL*

ARILSON DA SILVA FAVARETO

RESUMO *Na base da emergência do que se convencionou chamar por “nova ruralidade” há um deslizamento no conteúdo social e na qualidade da articulação das suas três dimensões definidoras fundamentais: as relações rural-urbano, a proximidade com a natureza e os laços interpessoais. Os significados maiores dessa mudança são, de um lado, a erosão do paradigma agrário que sustentou as visões predominantes sobre o rural ao longo de todo o último século e, de outro, a intensificação de um longo e heterogêneo processo de racionalização da vida rural. Um processo através do qual o rural, em vez de desaparecer, se integra por completo à dinâmica mais ampla dos processos de desenvolvimento, por meio tanto da unificação dos diferentes mercados (de trabalho, de produtos e serviços, e de bens simbólicos) como também por meio da criação de instituições que regulam as formas de uso social desses espaços, agora amalgamando interesses que têm por portadores sociais segmentos originários também de outras esferas. Este artigo discute algumas dessas idéias, que conformam a tese de doutorado do autor, a partir de uma análise da longa evolução das relações rural-urbano, contribuindo assim para se pensar os processos de desenvolvimento rural para além de um viés eminentemente normativo.*

PALAVRAS - CHAVE *Desenvolvimento rural; questão agrária; sociologia rural.*

ABSTRACT *Underlying the emergence of what is conventionally called “the new rurality”, there is a shift in the social context and in the quality of the articulation between its three defining and fundamental dimensions: rural-urban relations, proximity to nature, and interpersonal ties. The broader implications of this change are, on the one hand, the erosion of the agrarian paradigm that supported the prevailing views of the rural throughout the last century and, on the other hand, the intensification of a long-term, heterogeneous process of rationalization of rural life. Along this process, instead of disappearing, the rural becomes wholly integrated into the wider dynamics of development process, both by means of the unification of different markets (for labor, products and services, and symbolics goods) and by the creation of institutions that regulate the forms of social use of these spaces, which today amalgamate interests whose social bearers are originate in non-rural spheres.*

KEYWORDS *Rural development; agrarian issue; rural sociology.*

* Este artigo é uma versão modificada de um dos capítulos da tese de doutorado do autor, Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do agrário ao territorial. Cf. Favareto (2006).

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento rural é algo que envolve a manifestação de um processo de características mais gerais, o desenvolvimento, em um domínio específico, nesse caso, o rural. Compreendê-lo sob uma perspectiva não-normativa é algo que exige a adoção de dois procedimentos. O primeiro é entender o desenvolvimento não como desejo, utopia ou ilusão, pelos conteúdos expressos num “dever ser” – como é tão comum em situações cotidianas ou mesmo em toda uma vertente da bibliografia sobre o assunto (Rist, 2001; Rivero, 2003) –, mas sim como evolução de configurações determinadas, analisando as interdependências entre estruturas sociais, meio ambiente e instituições a partir de um enfoque em sua evolução de longo prazo (Favareto, 2006). O segundo é definir em que consiste a particularidade desse espaço específico que é o rural e as decorrências disso para se pensar sua trajetória histórica. Nos tempos recentes tornou-se quase um hábito falar-se em “novo rural”, em “novas ruralidades”, muitas vezes sem um esforço analítico em elucidar o que nisso é recente e o que é propriamente permanente. Importa saber, sobretudo, qual a implicação dessa nova situação, insinuada pela adjetivação crescente vista na bibliografia sobre estudos rurais em termos de instâncias empíricas a serem mobilizadas e em termos de articulações conceituais para entendê-las. Este é o problema a que se dedica este artigo.

A hipótese que se pretende demonstrar pode ser sintetizada numa tripla afirmação: 1) o momento atual da ruralidade representa uma nova etapa em sua longa evolução, na qual, em vez de desaparecer ou diminuir inexoravelmente, os espaços rurais se integram por completo à dinâmica mais ampla dos processos de desenvolvimento, por meio tanto da unificação de diferentes mercados (de trabalho, de bens e serviços, mas também de bens simbólicos) como por meio da criação de instituições formais que regulam as formas de uso social desses espaços; 2) na base da emergência dessa nova etapa, ocorre um deslizamento no conteú-

do social e na qualidade da articulação de três dimensões definidoras da ruralidade – as relações rural–urbano, a proximidade com a natureza e os laços interpessoais; 3) um dos significados maiores dessa mudança é a erosão do paradigma agrário que sustentou as visões predominantes sobre o rural ao longo de todo o último século.

Para demonstrar essa hipótese, o artigo está organizado em duas seções principais. Inicialmente, é traçada uma pequena história da relação campo–cidade com o principal intuito de evidenciar o movimento das contradições entre esses dois pólos. Muito menos do que um tratamento exaustivo de tão amplo tema, o que seria impossível nos limites deste texto, espera-se pôr em evidência os marcos que envolveram o processo de intensa urbanização ocorrido destacadamente no último século e, junto disso, os sinais de permanência do rural nessa nova condição. Na seção seguinte, também sem a intenção de esgotar o rico painel de autores que se dedicam às metamorfoses da ruralidade, o objetivo consiste em apresentar argumentos em torno dos significados dessa nova etapa. O que esses significados implicam em termos de instâncias empíricas e de articulações conceituais é objeto de tratamento na conclusão do artigo, em que são indicados também alguns desdobramentos dessas idéias.

UMA PEQUENA HISTÓRIA DA RELAÇÃO CAMPO–CIDADE

A idéia de rural, ou de ruralidade, é similar a tantas outras que só existem em relação direta com seu par oposto, tal como acontece com o masculino e o feminino, ou com o sagrado e o profano. Para pensar os termos da relação entre os dois pólos, a primeira dificuldade que se impõe é justamente sua própria delimitação.

Na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado à agricultura, no mais das vezes incorporando aspectos que vão além daqueles diretamente relacionados

à produção primária, mas tendo por universo as famílias ou empresas ligadas a essa atividade. É evidente que isso teve durante determinado período uma base histórica, uma correspondência no real que lhe sustentava, mesmo que como visão distorcida ou parcial: o peso determinante do setor agrícola na vida rural.

Na sociologia, a própria criação do ramo dedicado ao rural veio apoiada na oposição comunidade–sociedade, restringindo seu objeto ao estudo das várias dimensões da vida social dos pequenos lugarejos, também com forte presença da agricultura na determinação dos rumos dos indivíduos ou das economias locais, e sempre pensando essa esfera com uma relativa autonomia e em aberto contraste com a sociedade envolvente. A clássica definição de Sorokin elenca os seguintes traços marcantes: as diferenças ocupacionais entre os dois espaços, com maior peso das atividades primárias no caso dos espaços rurais; as diferenças ambientais, com maior dependência da natureza no rural; o tamanho da população; a densidade demográfica; o grau de diferenciação social e de complexidade; as características de mobilidade social; e as diferenças de sentido da migração.¹ São traços que claramente falam mais da condição rural nos anos 30 do século XX, quando tal definição foi formulada, do que exatamente de caracteres fundamentais da ruralidade.²

¹ Cf. Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986).

² A respeito da constituição desse ramo disciplinar e das injunções sociais a que ele estava exposto nesse momento, ver Martins (1986).

O estudo da história urbana, da história das cidades, por sua vez, rendeu periodizações e tipologias interessantes, que partem de alguma definição do que pode ser considerado, em perspectiva de evolução temporal, uma cidade. Paul Bairoch, num livro clássico sobre o tema – *De Jerico a México: villes et économie dans l'histoire* (Bairoch, apud Bairoch, 1992) –, elenca cinco critérios mais comuns para se considerar um assentamento humano determinado como uma cidade: existência de um artesanato em tempo integral, indício de especialização de tarefas; existência de fortificações por oposição a aldeia, que permanece aberta; tamanho e sobretudo densidade populacional; a estrutura urbana de habitação (casas, ruas etc.); e a durabilidade da aglomeração em oposição ao acampamento.

Bairoch adverte que, dependendo da região em questão, alguns desses critérios podem perder o sentido estruturante. De todos, a presença do artesanato é o mais importante, por sua relação com a especialização e o que ela implica para a divisão do trabalho e a necessidade e possibilidade da troca. Essa conceituação sustenta uma cronologia de longa duração da relação entre campos e cidades. Nessa sua história econômica, o autor estabelece uma periodização estruturada em quatro etapas: os primórdios da urbanização (5000 a.C.); as sociedades tradicionais (de 2700 a.C. à Revolução Industrial); a Revolução Industrial (da Revolução Industrial ao pós-guerra); e finalmente o período marcado por aquilo que ele chama de “inflação urbana no Terceiro Mundo”.

Já Max Weber, em *A dominação não legítima (Tipologia das cidades)*, havia adotado critérios de definição e classificação das cidades que aliam aos critérios por ele mesmo definidos como “estritamente econômicos” e “político-administrativos”, outros de ordem “associativa” (Weber, 1998, p. 408-9). De acordo com essa idéia, sob o aspecto estritamente econômico, a existência de uma cidade implicava ter uma sede senhorial-territorial com centro, para o qual deveriam convergir as demais atividades; a troca regular de bens como componente essencial das atividades aquisitivas; ser um lugar que comporte um mercado, onde a população local satisfaz uma parte essencial de suas necessidades cotidianas. Sob o aspecto político-administrativo, a cidade constituiu-se historicamente como uma unidade entre mercado, como decorre das funções descritas, e fortaleza, guarnição, sede administrativa de uma determinada abrangência ou domínio. Nessas condições, as cidades se caracterizaram fisicamente por serem assentamentos fechados, em oposição à ocorrência de moradias isoladas, e por serem grandes assentamentos humanos e não-pequenos, onde predominam os laços de conhecimento pessoal. A esses dois aspectos, Weber agrega o elemento associativo, o que em sua teoria significa mais do que a espontânea ou induzida combinação entre indivíduos numa mesma empreitada ou organização, significa mesmo o próprio processo de “associação”, de viver em socie-

³ Ver, a respeito, a elucidativa explicação de Gabriel Cohn na sua introdução à edição brasileira de *Economia e sociedade* (Weber, 1998).

⁴ Vale lembrar que os tipos ideais são um recurso elaborado por Weber para contornar os limites do pensamento indutivo em ciências sociais. Eles nunca existem enquanto tal no mundo real. São construções teóricas, obtidas a partir da acentuação de um ou mais dos caracteres fundamentais das realidades em questão, e servem como uma medida aproximativa, a partir da qual pode avaliar-se o quão próximo ou distante determinada situação está do tipo ideal e, em seguida, interrograr as razões para tanto. Para um tratamento mais pormenorizado, ver Ringer (2004).

dade.³ E nisso Weber destaca a necessidade de existência de uma “comunidade urbana”, da qualificação de cidadão com as liberdades e direitos que isso comporta, mas também com os constrangimentos nisso implicados, tal qual existiu originalmente somente no Ocidente.

No pensamento do grande sociólogo alemão, e de maneira coerente com seu método dos tipos ideais, em vez de uma cronologia tem-se uma tipologia, em que a ênfase no tipo de agentes por detrás dos processos sociais predominantes dá origem às típico-ideais cidades de consumidores, cidades de produtores, cidades mercantis e cidades de agricultores, com vários desses tipos coexistindo em períodos históricos determinados.⁴

Um diálogo entre essas definições sugere que uma abordagem da história das relações entre campo e cidade deveria combinar a composição de critérios estruturais e funcionais com critérios relacionais, através de um tratamento da longa duração da contradição entre os dois pólos. É isso o que faz Georges Duby (1973) analisando a situação européia e francesa em particular, até chegar a uma tipologia da interação desses espaços. Ou Fernand Braudel (1979/1995, 1985), que em sua obra clássica confere às cidades – sempre tomadas em relação com os campos – o mesmo estatuto dado à moeda na evolução histórica da *Civilização material e capitalismo*: ambos são fundamentais para a ampliação das trocas. E, como diz Braudel, “sans échange, pas de société”.

Nessa longa evolução, cabe perguntar, portanto, o que são os traços distintivos em uma e outra época e, principalmente, o que tal trajetória ensina a respeito das características fundamentais e das possibilidades de desenvolvimento rural no mundo contemporâneo.

A divisão espacial do trabalho antes da Modernidade

A relação com o que muito mais tarde a humanidade viria a chamar como campos e cidades começa pela própria essência do nascimento do fenômeno urbano: a formação dos primeiros assen-

tamentos de caráter mais permanente a partir da Revolução do Neolítico, com a passagem da colheita, caça e pesca para a agricultura e a criação. Não se trata de entrar aqui na polêmica que já consumiu rios de tinta entre os especialistas no assunto sobre quem determinou o quê na relação entre a sedentarização e a criação das práticas agrícolas, mas de destacar que o aumento da produção por superfície de terra teve conseqüências maiores para a história posterior da humanidade na formação de excedentes intercambiáveis e no adensamento populacional associado ao fim do nomadismo.⁵

Para se ter uma idéia do alto grau de interdependência entre essas duas variáveis, basta lembrar que, para a situação da Europa no Pré-Neolítico, seria necessária uma área equivalente a “cinco Suíças ou uma Grã-bretanha” para suportar uma cidade de mil habitantes, o que tornaria impossível se estabelecer fluxos de troca (Bairoch, 1992). Por isso não é de se espantar que raras foram as regiões onde, havendo agricultura, não se formaram cidades no curso dos milênios seguintes. Quanto mais volumosos os excedentes agrícolas, quanto melhores as terras, mais precoce foi o surgimento de assentamentos humanos importantes. Essa dependência direta foi chamada por Bairoch de “dupla tirania, da distância e da agricultura”. As possibilidades de desenvolvimento eram totalmente presas à possibilidade de produção de bens de subsistência através da atividade primária. E as eventuais trocas estavam igualmente vinculadas ao êxito em se alcançar um excedente. Seu intercâmbio, por sua vez, estava igualmente atado à extensão da distância entre os locais de origem dos dois pólos envolvidos, já que não existiam condições de transporte e conservação mínimas.

É evidente que a dinâmica que envolve esta relação entre agricultura e formação das cidades é algo que implica intervalos temporais bastante dilatados. Para dar apenas um exemplo, as primeiras indicações de prática da agricultura datam de 8500-8000 a.C., no Oriente Médio, e as primeiras indicações de cidades proto-urbanas nessa mesma região remontam a 7800 a.C.

⁵ Há uma literatura relativamente extensa a respeito. Consultar, entre outros, Boserup (1987), Mazoyer e Roudart (1997/2002), North (1981).

E é importante também sublinhar que essa mesma relação engendrou padrões espaciais distintos em diferentes partes do mundo. Novamente para ficar apenas nos limites de um exemplo, por volta de 1700 a população mundial já estava na casa dos 700 milhões de pessoas, dos quais 60 milhões habitando as cidades. Nesse momento da história, enquanto a Ásia tinha 33 cidades com mais de 100 mil pessoas, a Europa contava com apenas 12. Mas nesta última, contudo, o número de cidades com algo em torno de 50 mil habitantes havia-se multiplicado enormemente desde o início do milênio (Bairoch, 1992), denotando um padrão bem diferente daquele experimentado no Oriente e revelador da especificidade européia, traço tão destacado por Max Weber. Segundo ele, foi justamente na Europa que a intensidade das ações das cidades sobre os campos foi mais positiva para o conjunto da economia, porque foi ali, naquele continente ou em uma parte específica dele, que as cidades se constituíram em espaços de associação menos vinculados às qualificações estamentais que pesavam sobremaneira nos campos. Weber dedicou uma extensa pesquisa materializada em vários de seus textos para explicar as articulações entre idéias, economia e sociedade.⁶ Sua abordagem é compreensiva justamente por não conferir uma determinação única do material para as instituições ou vice-versa, e sim por ver o real como resultado de composições históricas singulares. Enquanto no Oriente as cidades se firmaram como extensão dos domínios de castas e estamentos religiosos, no Ocidente elas tomaram a forma de espaços de troca mais dinâmicos.

Esmiuçando o pensamento weberiano sobre essa especificidade, Domingues (2000, p. 222) explica que

a cidade configurara-se como espaço da liberdade e da autonomia precisamente porque floresceu em um momento extremamente peculiar no desenvolvimento histórico do Ocidente. Ela inserira-se em um contexto feudal, já em si contratual, estabelecendo-se um contrato de liberdade entre seus cidadãos – que formavam uma comunidade em todos os

⁶ Para o debate aqui proposto são de extrema importância os seguintes textos de Weber: o capítulo intitulado “Sociologia das religiões” e a seção Tipologia das cidades, ambos em *Economia e sociedade*; e a parte III: Religião, dos *Ensaio de sociologia, além d’A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Cf. respectivamente Weber (1998; 1904/2004). Uma excelente apresentação dos textos sobre religião, discutida a partir de sua importância para o processo de desencantamento e racionalização do mundo, pode ser encontrada em Pierucci (2003).

planos, inclusive em termos de significação cultural e sentido da ação: a defesa da liberdade compartilhada entre iguais. Ela escapara, com isso, paralelamente à sua inserção na tessitura contratual do mundo feudal, da lógica da dominação que o estrutura. Ela constituiu-se em momento absolutamente singular da história universal: estabeleceu uma autonomia ante os estamentos dominantes no contexto societal global do feudalismo, tornando a dominação tradicional “não legítima”. Ao mesmo tempo, desabrochou em um momento anterior ao desenvolvimento do Estado patrimonial, o qual levou à sua subordinação, à dominação racional-legal e, afinal, à perda daquela oportunidade histórica única de realização da liberdade. O credo coletivo da urbe, por seu turno, tecera uma comunhão entre os cidadãos sem que, por outro lado, se rompesse a efetiva esfera de autonomia de cada indivíduo, malgrado a profundidade já significativa da racionalização da conduta no que tange às questões econômicas. Mais ainda, a ação social não perdera seu sentido coletivo.

Este era o “ar das cidades que torna as pessoas livres”, ditado medieval lembrado por Weber e assim explicado em termos sociológicos.

Isso não é, contudo, um processo que se estabelece de maneira homogênea mesmo no interior daquele continente. O nascimento e a expansão das cidades no norte da Europa não se deu tão cedo quanto no sul. Influenciaram nisso basicamente dois fatores: o modelo de urbanização – já que em alguns lugares o campesinato representava um quarto, em outros metade do total de habitantes –, e os sistemas de produção – nos Países Baixos, por exemplo, a importação de cereais e a conseqüente diminuição da demanda por mão-de-obra no campo favoreceu uma mais alta taxa de urbanização (Bairoch, 1992). Essa condição repercutiu também no padrão de organização espacial e econômica em ambas as regiões. No norte, as cidades se firmaram a partir da relação com seu entorno, seja na estruturação de uma malha de al-

7 Para um excelente panorama sobre o lugar das cidades na evolução da história ocidental segundo uma perspectiva braudeliana, consultar o instigante texto de Maurice Aymard (1992).

deias e pequenas cidades, seja nas interfaces mais estreitas entre a produção agrícola e o artesanato (Braudel, 1979/1995).⁷ Nesse segundo plano, segundo Duby (1973), a relação cidade–campo se teria estabelecido por meio da disseminação de “lugares mediadores”, cuja posição, situada entre a vida citadina e a do *village*, pela atividade de seus notáveis e de seus homens de lei, de seus pequenos empresários, de seus comerciantes, viria a ser de importância capital até a consolidação da Revolução Industrial. No outro plano, típico, sobretudo, das regiões mediterrâneas, processos históricos impuseram ao campo formas diferentes de sociabilidade com influência urbana: os modos de produção, as relações políticas tinham ares citadinos, mas tratava-se, segundo suas palavras, de um urbanismo muito antigo. Nele, a posição privilegiada das cidades litorâneas contribuiu para a moldagem de uma relação com os campos através das instituições, da economia e das estruturas sociais de uma maneira mais hierarquizada e presidida pela possibilidade dos intercâmbios externos através do comércio.

O rural na “era industrial”

Duby e Bairoch, ao menos, concordam que até o período da Revolução Industrial, apesar da antiga e crescente importância das cidades, durante séculos o motor da história esteve no meio rural e as cidades se desenvolveram como “parasitas tutelares” (Duby, 1973), expressão que, como sublinha Wanderley (2000), indica a dependência urbana em relação ao dinamismo econômico vindo do campo, e ao mesmo tempo um exercício pela cidade de funções de dominação sobre o meio rural. Com o tempo, o acúmulo de poderes acabou por se inverter e as cidades se tornaram donas de tudo e o campo verdadeiro servo e subordinado. A cidade passa a reunir os fatores favoráveis à inovação: demanda efetiva, possibilidade de contatos sociais que favorecem a circulação de informações, existência de pessoas e coisas dedicadas ao trabalho não-agrícola.

Essa idéia é exatamente oposta ao argumento de Jane Jacobs (1984), para quem, desde as primeiras ocorrências do fenômeno urbano, teria ficado claro que a evolução dos espaços rurais dependia das cidades, e não o contrário: as economias rurais seriam sempre tributárias das cidades porque o desenvolvimento é um processo de mudança intrínseca dentro de um contexto capaz de suportá-lo, no qual a diversificação e a possibilidade da produção e disseminação das inovações – ambos vistos como atributos específicos das cidades – são determinantes.⁸

Os argumentos de Jacobs são em parte muito pertinentes, mas as evidências históricas fazem a balança pender mais para o lado de Bairoch e Duby. Ela acerta na sua ênfase na diversificação, mas erra ao ver somente nas cidades o lugar possível para tanto. Mais interessante do que procurar em qual dos pólos se encontra a virtude imanente é compreender as múltiplas articulações possíveis entre eles e os resultados que essas interações geram. É possível identificar situações anteriores ao período de mais intensa urbanização em que o fluxo cidade–campo se estabeleceu de maneira a gerar impactos negativos para o segundo pólo – como é o caso emblemático da distribuição gratuita de cereais na Roma antiga. E, inversamente, é possível da mesma maneira divisar situações em que as condições de maior dinamismo das cidades repercutiram positivamente sobre os campos, por exemplo, através da metalurgia e de melhoramentos na ferramentaria agrícola, no aumento da produtividade, no comércio e na introdução de novas variedades. Da mesma forma, Mazoyer e Roudart (1997/2000) mostram claramente como a longa evolução desde a Revolução do Neolítico até a Revolução Industrial é pontuada por uma série nada desprezível de inovações. Os autores não chegam a afirmar que boa parte delas teve origem fora das cidades. Mas, considerando a frágil urbanização do mundo nesse longo período, de um lado, e a riqueza e variedade dessas inovações através da história, de outro, isso é facilmente presumível.

O que ninguém certamente nega, enfim, é que, na longa passagem do período feudal para o capitalismo, a cidade se tor-

⁸ Uma análise pormenorizada do tema na obra de Jane Jacobs foi muito bem-feita por Karin Vecchiatti (2003).

na gradativamente o pólo dominante, e o faz rompendo pouco a pouco as limitações de que falava Bairoch. Com a Revolução Industrial e a urbanização, como foi dito, são solapadas as duas marcas de todo o período anterior, de resto abaladas já desde o século XI e mais intensamente desde o século XV: a “tirania da distância e da agricultura”. Paradoxalmente, no entanto, as cidades não desempenharam um papel determinante no *déclenchement* da Revolução Industrial na Inglaterra, nem nos primeiros passos de sua transmissão espacial para o resto da Europa. Embora as cidades não estivessem ausentes do processo de criação de inovações técnicas importantes, um exame da localização das empresas dos setores motores das primeiras técnicas importantes mostra uma forte predominância, senão do meio puramente rural, ao menos das regiões de cidades muito pequenas, no limite do rural. Isso se devia ao tipo de energia disponível – já que a primeira força motriz eram moinhos d’água e a segunda o carvão – e a algumas características essenciais da economia – níveis salariais mais baixos no rural, custo mais baixo de terrenos e construções nesses espaços e a ausência de regulamentação (Bairoch, 1992). As fábricas surgem inicialmente no meio dos campos, reunindo a justaposição de trabalhadores individuais, e só depois vão para a cidade, onde se introduz uma mais sofisticada divisão do trabalho.

Com o passar do tempo, a variável técnica assume maior peso e, com isso, a situação inicial se inverte quase que por completo. As cidades vão gradativamente se tornar o lugar da monetarização das relações, da mobilidade social, da adequação entre oferta e demanda de mão-de-obra qualificada, da concentração da renda. Tanto é que, no século XVIII, as cidades vão aparecer no imaginário da época associadas à riqueza e ao luxo. No século XIX, à mobilidade e à formação das massas. E, mais tarde, no século XX, ainda à mobilidade, ao futuro, mas agora em situações de estranhamento típicas dos grandes e massificados ambientes urbanos. O rural, por outro lado, vai sendo mais e mais associado ao passado, ao rústico e ao idílico, à tradição, quando não ao irracional.⁹

⁹ Cf., por exemplo, Williams (1985).

Analisando as transformações demográficas posteriores à Revolução Industrial, Bairoch nota que “algo acontece” no século XIX. No século XVIII, a taxa de urbanização europeia ficou estacionária, e os efeitos da industrialização, restritos ao Reino Unido. Até então se vivia mais no campo que na cidade, esta última crescendo principalmente graças à emigração de jovens. No século XIX, com a disseminação da Revolução Industrial pela Europa, a taxa de urbanização salta de 16% a 40% no início do século XX. Esse crescimento é interrompido nos anos 30 e no período da Segunda Grande Guerra para voltar a acelerar em seguida. Mas, agora, não mais no mesmo ritmo do século anterior. Se até a Revolução Industrial apenas uma ou duas cidades passavam da casa do 1 milhão de habitantes, na Primeira Grande Guerra oito cidades passavam dos 2 milhões, e no pós-guerra Nova York sozinha passa a casa dos 10 milhões, mais que toda a população urbana da Europa e América do Norte há menos de 500 anos, mais precisamente por volta de 1600. Não há dúvida, portanto, do quanto intensa foi a urbanização do mundo ocidental ao longo dos últimos dois séculos, a ponto de importantes teóricos passarem a falar em Revolução Urbana ou em Civilização Urbana (Lefebvre, 1970/2002).

Ao mesmo tempo, não há, contudo, indícios que apontem para uma intensificação ainda maior ou sequer no mesmo ritmo nos tempos atuais. Isto é, não se trata de questionar a dominação urbana do mundo contemporâneo, mas sim de qualificá-la, para então avaliar seu significado em relação aos momentos anteriores e, particularmente, para a permanência ou não do estatuto empírico e teórico do pólo dominado, o rural. A conformação das tendências futuras exige uma maior decantação das tendências demográficas recentes, cujos sentidos atuais são bastante multifacetados, comportando distintos padrões de urbanização e de relação entre as cidades e o espaço rural que lhes envolve. Por isso, antes de passar ao exame do novo estatuto da ruralidade no mundo contemporâneo, cabe dedicar algumas linhas à especificidade latino-americana.

A peculiaridade latino-americana

No caso específico do chamado “Terceiro Mundo”, seria um erro analisá-lo como mera extensão ou cópia imperfeita do que ocorre nos países do capitalismo avançado. Na América Latina, particularmente, há livros clássicos que tratam diretamente da peculiaridade latino-americana: José Luis Romero (1976/2004) e, antes dele, Sérgio Buarque de Holanda (1936/1995) já haviam mostrado como as cidades se constituíram como porta de entrada e aliada da colonização.

Numa conhecida passagem de *Raízes do Brasil*, há uma tipologia das cidades latino-americanas contrapondo o racionalismo das cidades hispânicas, fundadas sobre um conjunto de prescrições que aparecem no desenho planejado, no traçado reto de suas ruas e vias, e o barroquismo das cidades luso-brasileiras. Romero, sob direta influência da metodologia weberiana dos tipos ideais, classifica cinco tipos de cidades latino-americanas, tipos que se sucedem e cuja diferenciação é dada pela classe ou grupo social dominante. A seqüência histórica tem início com o ciclo das fundações que trouxe a constituição das cidades com suas funções preestabelecidas pela Coroa, com seus grupos urbanos originários e sua mentalidade fundadora, a mentalidade expansionista européia. Nas belas palavras de Romero (1979/2004, p. 96-7),

[...] posicionados em frente ao lugar escolhido, com a mão apertada na empunhadura da espada, o olhar fixo na cruz e os pensamentos direcionados para as riquezas que a aventura lhes proporcionaria, os homens do grupo fundador da cidade que já tinha nome, mas da qual nada existia sobre o solo, deveriam experimentar a sensação de quem espera o prodígio da criação surgida do nada. Eram europeus em um continente desconhecido, e a criação estava prefigurada em suas mentes. Porque esta façanha não era, na verdade, senão um passo a mais nessa ambiciosa aventura européia de expandir-se, iniciada quatro séculos antes. A terra que agora ocupavam – uma

terra real com rios e planícies, lagos e vulcões – deveria ser uma extensão da terra que deixaram no dia em que embarcaram em seus navios. [...] A mentalidade fundadora foi a da expansão européia conduzida por essa certeza absoluta e inquestionável da posse da verdade. A verdade cristã não significava somente uma fé religiosa: era, a rigor, a expressão radical de um mundo cultural. E quando o conquistador trabalhava em nome dessa cultura, não só afirmava o sistema de interesses que ela representava como também o conjunto de meios instrumentais e de técnicas que a cultura burguesa havia acrescentado à velha tradição feudo-cristã. [...] Os grupos fundadores expressavam essa interpenetração feudo-burguesa que na península ia ajustando as relações entre as classes e também entre os fins e os meios. [...] Graças àquela certeza, a mentalidade expansionista européia havia concebido o projeto de instrumentalizar o mundo não cristão de acordo com seus próprios interesses, e afirmou-se nessa convicção cada vez mais, à medida que os meios iam aumentando suas possibilidades: à maior superioridade técnica correspondeu maior certeza da validade de seus fins.

Essa passagem traz, não uma, mas várias significações importantes. Entre muitas, ela fala da forma de apropriação do espaço e dos recursos naturais, do tipo de relação entre colonizadores e colonizados, da extensão que o Novo Mundo representava em relação ao imaginário europeu da época. Fala, em suma, do sentido da colonização. Da colonização como instituição, do que ela representava para as formas de interpretação da relação com o novo espaço, seus homens e suas coisas. Combinavam-se assim atitudes senhoriais e atitudes burguesas, por razões que remontam às necessidades de colaboração entre esses dois segmentos da sociedade européia do período da colonização.

Os cinco tipos que se sucedem desde então são, sempre segundo a tipologia de Romero, as cidades fidalgas, as cidades “criollas”, as cidades patricias, as cidades burguesas e as cidades massifica-

das, finalmente, no século XX. Nelas, a cidade que se desenvolve em razão do comércio vai gradativamente gerando as elites governantes da época dos processos de independência e, posteriormente, os grupos integrados e dependentes do capital internacional do período de mais intensa industrialização.

No Brasil as cidades de início não alcançaram a mesma importância que nos demais países latino-americanos. É somente nos meados do século XVIII que há um maior fortalecimento dos grupos urbanos e das funções intermediárias das cidades. Até então a sociedade agrária havia imposto sua imagem de realidade. Novamente nas palavras de Romero (1979/2004),

[...] foram os senhores da terra que esboçaram o primeiro perfil do Brasil colonial, ao passo que as populações urbanas – artesãos e pequenos funcionários, clérigos e pequenos comerciantes – foram suplantadas. Até o século XIX, só algumas cidades – Salvador da Bahia e, sobretudo, a Recife holandesa – insinuaram a sua capacidade de influir na poderosa aristocracia fundiária, que amava a vida rural e residia em meio a suas propriedades.

Isso significava um sentido totalmente diferente para a relação entre as cidades e seu entorno. Enquanto a Espanha havia imaginado seu império colonial como uma rede de cidades, o domínio português se limitava à exploração econômica. Na raiz dessa diferença, segundo Romero, estava a experiência de choque com os muçulmanos, que levou durante bom tempo à ocupação de parte da Península Ibérica, o que culturalmente se traduzia num medo terrível da possibilidade da mestiçagem e da aculturação. Assim, a cidade “racional” da América hispânica era militarizada e disciplinada para evitar tais riscos, enquanto na América luso-brasileira as cidades se fundaram por princípios mais pragmáticos. Essa prevalência do rural como centro ideológico do mundo luso-brasileiro permaneceu até o momento em que as mudanças acentuadas do capitalismo industrial instituem, sobretudo a par-

tir dos fins do século XIX, uma sociedade crescentemente urbanizada. É assim que a “rede de latifúndios” vai sendo substituída por uma “rede de cidades”, de maneira similar ao que acontecera na América hispânica.

O fundamental a destacar é que, tanto em Romero como em Buarque de Holanda, as cidades e o processo de urbanização, suas relações com o mundo rural, são muito mais que realidades físicas, são materializações de formas de vida e de mentalidade. Nos dois autores esse processo de integração leva a uma espécie de triunfo do mundo urbano, mas numa síntese muito peculiar. Em Buarque de Holanda, a urbanização tragaría pouco a pouco o “homem cordial”, criação do mundo rural, agregado, isolado, dependente, incorporando-o como uma espécie de portador do passado agrário. Em Romero, embora haja a constante presença dos pólos rural e urbano, é neste último que reside o foco dinâmico da história.

Mas, apesar de tudo isso, também nos dois autores há uma constante interpenetração entre os dois pólos: na forma das heranças ibéricas que irão traduzir-se no viés patrimonial e patriarcalista das instituições, segundo o autor brasileiro, na forma de ideologias contrapostas e que interagem dialeticamente, embora sempre presididas pelo pólo urbano, segundo o autor argentino.¹⁰ Já para outro autor brasileiro clássico, Gilberto Freire, o peso das polaridades seria simplesmente inverso: as raízes escravistas originárias da oposição entre *Casa-grande e senzala* se teriam estendido para o mundo urbano e se materializado na antítese dos *Sobrados e mocambos*, segundo livro de sua trilogia, e tenderiam mesmo a se perpetuar, em *Jazigos e covas rasas*, título planejado para o terceiro livro, que nunca foi publicado.¹¹ Não é de outra coisa que fala Raymundo Faoro em *Os donos do poder* ou, no caso das estruturas econômicas, as principais obras de Celso Furtado e de Caio Prado Jr.¹²

Essa diluição e persistência do rural no urbano é uma primeira característica marcante da América Latina e do Brasil em particular. Por certo também na Europa e EUA, mas ali as ruptu-

¹⁰ Um analista da obra de Romero, Gorelik, citado na apresentação de seu livro, chega a qualificar a postura do autor argentino como uma espécie de “otimismo urbano”: “[...] o campo seria, assim, para o Romero que lê Sarmiento, a barbárie da necessidade e da liberdade, que como possibilidade só pode se aninhar na cidade” (Santos, 2004, p. 18).

¹¹ Em seu lugar, e numa substituição sintomática, Freire publicou *Ordem e progresso*. Ao que parece, Freire não abandonou a intenção de publicar *Jazigos e covas rasas*, mas esse projeto foi interrompido com sua morte.

¹² Num Colóquio sobre “Villes et campagnes” realizado nos anos 50 na França, Fernand Braudel chamava a atenção dos historiadores e geógrafos franceses sobre a então recente produção brasileira e sua habilidade em mostrar as permanências do mundo agrário na urbanização crescente. Não é mero acaso o fato de ser este um traço fundamental nas três obras que Antonio Candido considerou serem as leituras indispensáveis sobre a formação do Brasil: *Casa-grande e senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*.

ras introduzidas em passagens históricas fundadoras da modernidade nessas nações em alguma medida “resolveu” essa herança, seja através do protagonismo direto que as populações camponesas tiveram em tais eventos, do qual a Revolução Francesa talvez seja o maior exemplo, seja ainda pela diminuição da hierarquia social que pesa sobre os habitantes dos dois espaços, o urbano e o rural, ao longo de toda a história recente daqueles países. Trata-se, na América Latina, de uma continuidade com viés marcadamente negativo nas formas de representação social, como herança agrária, patriarcal, escravista, ou como lugar por excelência da dominação tradicional, da pobreza e da subordinação.

Outra característica é a velocidade e o formato em que se deu o fenômeno da urbanização. A partir das décadas de 20 e 30 do século XX, acontece uma progressão sem precedentes na história. No chamado “Terceiro Mundo”, em 1930, 150 milhões de pessoas já viviam nas cidades. Mas, pouco mais de meio século depois, esse número havia sido multiplicado por dez e chegado próximo de 1,5 bilhão de pessoas em áreas urbanas.¹³ Salvo exceções, esse aumento da população – impulsionado pela introdução de técnicas médicas e sanitárias ocidentais, pelo descarte da mão-de-obra nos campos, pela extensão rápida da educação no meio rural criando um fosso entre duas gerações e por um intenso êxodo rural motivado pela busca por salários mais altos nas cidades (Bairoch, 1992) – se fez com frágil desenvolvimento econômico, com uma débil industrialização e, mais grave, sem proporcional aumento da produtividade agrícola, levando a uma hipertrofia urbana, a uma superurbanização.

A terceira característica marcante da urbanização do “Terceiro Mundo”, por fim, é a concentração nas cidades muito grandes. Em 1930, quase um terço da população já estava em cidades de 500 mil habitantes, enquanto na Europa, continente de urbanização muito mais antiga, esse percentual era de 20%. Nesse mesmo momento seis cidades já tinham mais de 1 milhão de habitantes, número que salta para 20 em 1950 e para 130 em 1980. E, em 1990, oito cidades já estavam com 7 a 10 milhões de habitantes.

¹³ Para se ter uma idéia da proporção e magnitude desses números, entre 1945 e 1970 o crescimento foi de 4,5% a.a., enquanto na Europa entre 1880 e 1905 esse percentual foi de 2% a.a. Detalhe: com a China puxando a média para baixo (Bairoch, 1992).

Por tudo isso não é exagero chamar esse processo de “inflação urbana do Terceiro Mundo”; e, como tal, suas conseqüências principais não são das mais virtuosas: criou-se uma situação de *deficit* alimentar, quando às vésperas da Segunda Grande Guerra havia excedente, criou-se um *deficit* de empregos urbanos, e ocorreu uma hipertrofia do setor terciário (Bairoch, 1992).

Não é de estranhar, portanto, a diferença entre o rural e o urbano nos países do capitalismo avançado e nos países da América Latina, Ásia e África. O fenômeno urbano aqui se constituiu sobre estruturas sociais e instituições outras porque os agentes e os processos históricos se compuseram de maneira diferente. A herança colonial e escravista, associada à hipertrofia urbana e à vertigem resultante da velocidade com que ela se deu é, a um só tempo, resultado e causa de um estilo de urbanização que se fez sem a criação de classes e lugares mediadores, a exemplo daquilo que os *villages* e seus respectivos atores representaram na Europa Ocidental. Por aqui, as técnicas agrícolas, que tiveram nas cidades uma importante fonte de irradiação, foram importadas dos países do capitalismo avançado. O padrão de urbanização, apoiado em cidades muito grandes, exigiu grandes volumes de importações, com impactos para o balanço econômico. A monetarização da vida social significou endividamento e não-liberação dos laços servis. E a complexidade das técnicas e a integração econômica mundial tornaram as trocas entre países e regiões mais importantes que as trocas entre cidade e campo. Em síntese, na América Latina e no restante do chamado Terceiro Mundo, diferente da Europa, a urbanização tal como se deu foi mais um fator de subdesenvolvimento, e não propriamente um trunfo ao desenvolvimento (Bairoch, 1992). Além disso, constituiu-se uma verdadeira ideologia urbana que, em última análise, se traduz como um “não-lugar” do rural na modernidade, interditando assim a possibilidade de que seja legítimo preconizar que esses amplos espaços possam ser objeto de investimentos e de expectativas futuras.

As tipologias de Romero e Buarque de Holanda são excelentes para análises de longo prazo, como a aqui empreendida, pois

sinalizam o sentido mais geral da evolução, os caracteres mais fortes que permanecem após sucessivas etapas. Mas trazem consigo uma dificuldade, que é não permitir uma leitura da heterogeneidade interna dessas grandes unidades como países ou continentes num dado momento histórico. Na Europa já há uma tradição estabelecida em explorar os contrastes espaciais das relações entre cidades e campos, como foi possível observar através das obras de Braudel, Duby, Bairoch. E nos anos mais recentes vários estudos acadêmicos ou patrocinados pela União Européia ou órgãos de governo têm elaborado interessantes tipologias e estudos comparativos.¹⁴ Na América Latina, ou ao menos no Brasil, simplesmente não há trabalhos consagrados que explorem as relações entre o rural e o urbano tendo por objeto o mapeamento e classificação de um número razoável de realidades. Só muito recentemente, nos últimos dez anos, têm surgido programas de pesquisa explorando esse tema sob diferentes enfoques.¹⁵

¹⁴ Uma leitura crítica de alguns desses programas de pesquisa pode ser encontrada em Favareto (2006), especialmente no capítulo 3.

¹⁵ Cf. Projeto CUT, Contag (1998), IBGE/IPEA, Nesur-IE/Unicamp (1999), Abramovay (2002).

Tanto os achados desses programas de pesquisa como a ascensão mesmo dos interesses pelas relações entre o rural e o urbano são resultado de um momento particular da história desses espaços, cujo significado pode ser o fim ou no mínimo um arrefecimento da urbanização intensa experimentada até então.

UMA NOVA ETAPA?

Nos anos 70 do século XX, pela primeira vez desde a Revolução Industrial a taxa de urbanização dos países do capitalismo avançado fica estagnada. Passa-se a falar até em urbanização dos campos, o que poderia significar tanto uma contradição em termos como o sinal de dissolução de uma oposição. Os processos sociais que levam a essa diminuição da distância entre os dois espaços estão na raiz de uma interrogação formulada por Paul Bairoch: Trata-se de uma nova etapa? Isto é, fenômenos antes concernentes à urbanização atingem um outro universo sem, no entanto, fagocitá-lo? Ou esse processo sinaliza uma homogeneização en-

tre os dois pólos forte o suficiente para apagar suas distinções substantivas?

Estas foram as questões que permearam os debates que se estabeleceram, a rigor, já desde os anos 50, mas mais aprofundadamente desde os 70, na Europa. Uma boa síntese pode ser encontrada num emblemático número da revista *Études Rurales*, organizado por Georges Duby, que trazia por título *L'urbanisation des campagnes*. Reunindo textos de alguns dos mais influentes pesquisadores franceses da época, a publicação trazia vários artigos que atestavam e analisavam as características e implicações desse fenômeno de diluição das assimetrias entre o urbano e o rural na Europa, e na França em particular. O texto de Julliard (1973), por exemplo, já apresentava uma tipologia mais complexa, com uma abertura para diferentes composições entre cidades e campos: cidades rentistas do solo, amparadas em uma relação de parasitagem com o meio rural; cidades que cresceram sem laços orgânicos com o meio rural, envolvendo-o, mas esterelizando-o em vez de fecundá-lo; cidades que associaram sem ruptura o campo a seu próprio desenvolvimento. O que é quase consensual desde então é que as transformações econômicas, o processo de modernização da produção e a crescente integração dos mercados levaram, ao fim de um tipo específico de ruralidade, aquela que já foi chamada por Mendras de “sociedades camponesas”.

Três características importantes desempenharam papel-chave nessa nova situação. Primeiro, o compromisso institucional que se criou, historicamente, em torno da garantia da paridade econômica e social entre os agricultores e os demais setores e que é muito bem-retratada em Jollivet e Gervais (1976). Isso criou condições para que se aproximassem as condições de vida em ambos os espaços, contribuindo tanto para a vitalidade econômica do meio rural como para regular o impulso ao êxodo, que até então era tão forte. Segundo, e em parte motivado pelo elemento anterior, o padrão de crescimento demográfico que passa a vigorar não aponta mais para o esvaziamento dos campos, mas até para a situação inversa, para a atração populacional desses espaços,

inicialmente através do dinamismo gerado pela equalização das rendas e, num segundo momento, com o avanço da infra-estrutura e das possibilidades de comunicação, com novos habitantes, sobretudo profissionais liberais e idosos em busca de amenidades e lazer. Terceiro, a descentralização econômica e política que propiciou tanto o surgimento de novas oportunidades de trabalho como também a viabilização de equipamentos sociais adequados a uma população com exigência crescente, esses dois últimos aspectos mais destacados por Kayser (1972, 1990).

São evidências empíricas que, sem dúvida, permitiriam responder positivamente à pergunta de Bairoch: os tempos atuais representam, por certo, um novo momento, uma nova etapa. Nessa condição, muda a estrutura e a dinâmica das relações entre os campos e as cidades. A primazia marcante das atividades primárias – agricultura, pecuária, mineração, silvicultura – cede espaço a uma maior diversificação, com uma crescente heterogeneização das economias rurais, em que se destaca o crescimento cada vez maior do setor de serviços. Com isso, mudam as vantagens comparativas do rural nas possibilidades de captação das rendas urbanas. A localização, a fertilidade e o preço da terra passam a dividir importância com a acessibilidade, a paisagem. Da mesma forma, a composição do perfil populacional e as tendências demográficas típicas do período anterior são substituídas por um forte arrefecimento, ou mesmo uma inversão nos fluxos demográficos. São outros agentes, novas variáveis introduzidas ou tornadas mais relevantes, novos interesses, uma nova estrutura de oposições e identidades que sustentam a especificidade dessa nova configuração da relação rural–urbano. E, para completar, muda também o ambiente institucional que orienta a regulação das formas de uso social dos recursos naturais. Se é verdade que desde a Antigüidade já há leis e sanções que dão os parâmetros para as formas de apropriação da natureza, o que ocorre a partir de então é uma mudança também nesse domínio do mundo social: o acesso à terra, a gestão de bacias hidrográficas, a conservação de florestas e rios e a valorização da paisagem e da biodiversidade

passam a ser novos aspectos incorporados aos anteriores. O que é novo, além da extensão de domínios regulados cada vez mais por instituições formais, é a forma como isso se dá, menos orientada por decisões do tipo comando e controle, e mais por compromissos institucionais. Em outros termos, muda também o estatuto da dominação.¹⁶

Mas, pelo ângulo teórico, qual o estatuto dessa nova situação? Duas são as perguntas, na verdade. Primeiro, é preciso esclarecer se a inauguração desse novo momento, dessa passagem, localizada aproximadamente no último quarto do século XX, trouxe consigo um fim do rural, se, com o “fim das sociedades camponesas” de que falava Jollivet (talvez fosse melhor falar em “sociedades agrárias”), acaba também a relevância histórica e explicativa da ruralidade. Segundo, caso a resposta à questão anterior seja negativa e ainda haja conteúdo compreensivo na distinção entre o rural e o urbano, cabe interrogar então qual é seu sentido.

Em dois artigos recentes, Veiga (2004, 2005) vê nas idéias de Henri Lefebvre e de Bernard Kayser as melhores expressões para as duas respostas extremas à primeira dessas perguntas. Por isso vale à pena vê-las um pouco mais de perto.

Lefebvre dedicou parte expressiva de sua obra à produção social do espaço, inicialmente com uma ênfase em estudos rurais, que se desloca posteriormente para os fenômenos relativos à urbanização. No seu influente livro *A revolução urbana*, de 1970, ele a designa como um amplo conjunto de transformações que faria as sociedades passarem do período em que predominaram questões típicas da sociedade industrial – como emprego, crescimento e industrialização – para outras, nas quais a problemática da sociedade urbana ganharia relevo e preeminência. Nessa sociedade urbana, típica do período pós-industrial, a urbanização completa – “hoje virtual, amanhã real” – envolveria e dominaria o conjunto de esferas do mundo existente, e o destino dos espaços rurais seria, portanto, a diluição de seus caracteres substantivos nesse movimento envolvente da sociedade urbana.¹⁷

¹⁶Vários trabalhos abordam isolada ou combinadamente essas mudanças. Ver, entre outros, Kayser (1990, 1993), Veiga (1998), Wanderley (2000), Abramovay (2003).

¹⁷ Cf. Lefebvre (1970/2002).

Apenas quatro anos mais tarde, o mesmo autor publicou outro influente livro, *The production of space*, em que a hipótese da urbanização completa não tem mais o mesmo caráter de eixo argumentativo. Esse possível recuo, se não de conteúdo, ao menos de ênfase, pode ser resultado tanto de uma melhor ponderação de Lefebvre – que admitia já no livro de 1970 que tal idéia deveria ser considerada como hipótese, a fim de não se confundir o categórico com o problemático, o especulativo com o empiricamente demonstrável –, ou pode ter sido também resultado da constatação, sublinhada por autores igualmente importantes da época, de sinais de vitalidade ainda emitidos pelo meio rural.

Essa ambigüidade nos desdobramentos da obra de Lefebvre não quer dizer que ela tenha sido totalmente deixada de lado, nem por seu formulador, nem muito menos por seguidores de suas idéias em vários ramos do conhecimento.¹⁸ Mas o fato é que não há, nesse autor e nem na linhagem que ele inaugura, uma demonstração do esvaziamento do conteúdo social e explicativo do rural. Tal afirmação vem sempre embasada em uma tautologia: a urbanização generalizada tem como devir a sociedade urbana, à dinâmica da qual nada escapa.

No extremo oposto, Bernard Kayser lançou suas idéias sobre esse problema em 1972, mas elas foram mais bem sistematizadas no livro *La renaissance rurale*, de 1990. Embora se apoiando sobretudo em dados demográficos, Kayser, diferente de Lefebvre, reportou-se a situações muito concretas que estariam ocorrendo em diferentes espaços dos EUA e do Velho Continente e que apontavam para uma revitalização de áreas antes condenadas à estagnação e ao esvaziamento. Um renascimento que teria em sua base os efeitos do “enriquecimento do conjunto da sociedade”, passível de percepção através de fenômenos como a atração populacional, o crescimento de atividades não-agrícolas, as iniciativas de desenvolvimento local e uma mudança no perfil demográfico. Com isso, em vez de desaparecer, os campos pareciam renascer, agora integrados complementarmente às cidades: os campos, co-

18 No Brasil, ver por exemplo os trabalhos de Monte-Mor (2003). Uma apresentação mais circunstanciada e pormenorizada das idéias de Lefebvre pode ser encontrada também em Martins (1996).

mo lugar da liberdade e da beleza, as cidades, como centros de lazer e de trabalho (Hervieu e Viard, 1996/2001).

Ao discutir os argumentos desses dois autores, Veiga (2004, 2005) oferece uma terceira hipótese: as mudanças por que vem passando o rural contemporâneo não dão lugar nem ao fim do rural, como em Lefebvre, nem a um renascimento, como em Kayser, mas diferente de ambos, ensejam a emergência de uma nova ruralidade, mesmo termo aliás utilizado por Wanderley (2000) em um conhecido artigo sobre o tema.

Para contestar os argumentos de Lefebvre, Veiga procede inicialmente a um exercício de demonstração da permanência dos traços distintivos da ruralidade no mundo contemporâneo, concentrando-se, num primeiro instante, no grau de artificialização dos ecossistemas como critério fundamental de distinção do rural e do urbano. Ali, pode-se constatar que 50% da área do globo terrestre, excetuando a Antártida, permanece “praticamente inalteradas”, contra 24% “parcialmente alterados” e 22% “fortemente artificializados”. Nessa última categoria, que inclui as áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nos quais foi removida a vegetação primária e onde há desertificação ou outras formas de degradação permanente, apenas a Europa apresenta um percentual de área mais expressivo, de 65%. O segundo continente mais artificializado é a Ásia, onde esse número cai para 29%. E na América do Sul essa fração é de meros 12%. A partir daí Veiga concentra sua análise no continente europeu, por considerar que o debate sobre a permanência ou desaparecimento da ruralidade deve ter por objeto situações em que a urbanização foi mais longe. Além disso, seria preciso valer-se de critérios não estritamente ecológicos, como aquele expresso no grau de artificialização dos ecossistemas. Portanto, utilizando então dados da OCDE, produzidos a partir de um *tableau* de indicadores demográficos, ambientais e socioeconômicos, Veiga mostra que nada menos do que 28% da população europeia vive em regiões predominantemente rurais, enquanto 40% habitam as regiões predominantemente urbanas e 32%, as regiões relativamente rurais. Esses da-

dos seriam suficientes para, no mínimo, mostrar que não se chegou ao grau completo de urbanização de que fala Lefebvre, mas não seriam suficientes para anular sua hipótese. Os partidários de suas idéias poderiam argumentar que tais sociedades caminham para tal padrão, o que já seria possível vislumbrar a partir dos dados de países como Reino Unido, Bélgica ou Holanda, onde as regiões predominantemente rurais praticamente deixaram de existir. No entanto, a análise tendencial dos mesmos dados mostra uma situação diferente. Quem mais atrai população, aumentando assim seu peso relativo, é a categoria intermediária, formada pelos espaços “significativamente rurais”. Tanto o “rural profundo” como as regiões metropolitanas ou mais densamente urbanizadas apresentam declínio. Não há, portanto, evidências empíricas que confirmem o movimento apontado por Lefebvre e sinalizem um fim do rural.

Quanto ao argumento de Kayser, o estudo de Veiga apresenta uma concordância inicial no que diz respeito à permanência do rural, mas diverge quando se trata de qualificar seu estatuto nos tempos atuais. Tendo por base um significativo rol de pesquisas sobre o rural europeu, Veiga mostra como tal situação não resulta de um impulso que faz voltar os fundamentos da ruralidade pretérita, ainda que traços dela persistam e coexistam no novo momento. Trata-se, sim, de uma nova ruralidade, que se apresenta metamorfoseada. A novidade está no fato de que “nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza”, e isso não somente no terreno das preocupações com os problemas ambientais, como as ameaças à biodiversidade ou o aquecimento global, mas também no que diz respeito à liberdade conquistada com a maior mobilidade e com o enriquecimento da sociedade e o que isso permite em termos de aproveitamento das amenidades naturais, seja através da constituição de novas residências em áreas rurais, seja através das atividades turísticas. Mesmo as atividades produtivas que não se apóiam diretamente em novas formas, o uso social dos recursos naturais guardam com eles estreita correspondências: em inúmeras

ros casos é possível constatar uma descentralização da atividade industrial, motivada tanto pela capacidade de certas áreas rurais em atrair potenciais empreendedores devido às características ambientais de residência, como pelo dinamismo empreendedor voltado para mercados emergentes e que explora as vantagens competitivas derivadas das melhores condições de vida e de trabalho dessas mesmas áreas (North e Smallborne apud Veiga, 2004).

Os dados da OCDE (1996), utilizados por Veiga, mostram mesmo que, nas regiões predominantemente rurais, é raro encontrar algum país onde o percentual de ocupados na agricultura supere a casa dos 30%, o que ocorre somente na Islândia e na Grécia. Na maioria, é o setor de serviços que responde pela maior fatia, chegando a 88% na República Tcheca e, na maior parte dos casos, situando-se acima do percentual de 50%. Em suma, a vitalidade do rural não se resume mais aos campos, como lugar de realização de atividades primárias, mas a uma trama complexa envolvendo os campos e suas cidades, com destaque para uma integração intersectorial da economia e para uma emergência da variável ambiental como elemento-chave. Tudo isso levou Veiga (2005) a afirmar, em consonância com outros estudos como Wanderley (2000) e Abramovay (2003), que se trata efetivamente de uma nova ruralidade. E que, segundo o autor, se expressa em três vetores: os desdobramentos paisagísticos dos esforços de conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico das decorrentes amenidades naturais através de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo e a crescente necessidade de utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nesses espaços rurais.

CONCLUSÃO

A longa evolução da relação entre campo e cidade mostra claramente a permanência do fenômeno rural no mundo contemporâneo, mesmo no momento e nos países em que a urbanização

foi mais intensa. A oposição campo–cidade se desloca para a contradição rural–urbano. Enquanto a primeira diz respeito ao contraste entre espaços, sendo os campos o lugar de realização de atividades predominantemente primárias, destacadamente a agricultura, na segunda o estatuto fundante da distinção, desloca-se para o grau de artificialização desses espaços e seus impactos para os modos de vida, exigindo assim uma abordagem capaz de combinar critérios ecológicos com outros de caráter social e econômico. O rural mostra-se não mais uma categoria passível de ser apreendida em termos setoriais, e sim territoriais. Duas são as implicações principais disso em termos de instâncias empíricas a serem mobilizadas em esforços de compreensão e de articulações conceituais.

Primeiro, os processos sociais subjacentes àquilo que a literatura das ciências sociais aplicadas vem chamando por nova ruralidade trouxeram consigo uma erosão das bases empíricas que estavam na raiz do paradigma clássico de explicação do desenvolvimento rural, em cujo cerne estava sua redução aos aspectos agrícolas e agrários, ou, em outros termos, à sua dimensão setorial. A relação entre sociedade e natureza, que encerra um primeiro traço distintivo da ruralidade, é objeto de um deslocamento em que as formas de uso social dos recursos naturais passam do privilégio à produção de bens primários a uma multiplicidade de possibilidades em que se destacam aquelas relativas à valorização e ao aproveitamento das amenidades naturais, à conservação da biodiversidade e à utilização de fontes renováveis de energia. As relações de proximidade, segundo traço distintivo da ruralidade, também são alvo de um deslocamento: a relativa homogeneidade que marcava as comunidades rurais dá lugar a uma crescente heterogeneização e um certo esgarçamento dos laços de solidariedade que eram a marca da ruralidade pretérita. A relação com as cidades, último traço distintivo, deixa de se basear na exportação de produtos primários para dar origem a tramas territoriais complexas e multifacetadas, com diferentes mecanismos de composição entre os dois pólos, agora baseados em novas formas de inte-

gração entre os mercados de trabalho, de produtos físicos e serviços e também de bens simbólicos. De exportadora de recursos como bens materiais e trabalho, os territórios rurais passam a ser atrativos de novas populações e de rendas urbanas. Em suma, desaparece todo o sentido em tratar o rural exclusivamente como o oposto do urbano, em proclamar seu desaparecimento, ou em resumir-lo a apenas uma de suas dimensões atuais: o agrário. O significado maior disso tudo é um certo esboroamento da visão predominante que sustentou as ciências sociais aplicadas sobre o rural durante todo o século passado.

A segunda implicação surge como desdobramento da anterior e, por limites de espaço, somente pode ser anunciada aqui.¹⁹ Um aspecto marcante do rural contemporâneo é a penetração crescente em todas as esferas da vida rural de um longo processo de racionalização que se manifesta em formas cada vez mais desencantadas de condução da vida por parte dessas populações, em mecanismos e instituições cada vez mais complexos de regulação desses territórios e das formas de acesso e uso dos recursos naturais e em uma mudança nas estruturas sociais locais com a introdução de novas populações, uma valorização cada vez maior dos conteúdos técnicos e instrumentais, o estilhaçamento dos interesses e conflitos que antes eram unívocos e tendiam a derivar das formas de posse e uso da terra. Não se trata de afirmar que toda a população rural se transformou em calvinistas à imagem weberiana d'*A ética protestante e o espírito do capitalismo*, mas de constatar que, mesmo sendo o lugar por excelência onde ainda mais se valoriza a proximidade com a natureza e a tradição, isso se faz sob conteúdos sociais totalmente novos. Com a racionalização da vida rural, é todo um universo ancorado na ruralidade agrária que se dilui, para dar lugar a novas significações. Permanência do rural, associada à heterogeneização e aos conflitos disso derivados passam a ser palavras-chave para compreender suas manifestações contemporâneas.

¹⁹ Essa idéia é desenvolvida em Favareto (2006), especialmente no capítulo "A racionalização da vida rural".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Diversificação das economias rurais no Nordeste*. Brasília: Relatório de Pesquisa NEAD, 2002.
- _____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- AYMARD, Maurice. "Autour des Annales – La ville selon Braudel". In: SACHS, Ignacy (org.). *Quelles villes pour quel développement*. Paris: Seuil, 1992.
- BACKHAUS, Jurgen G. e MEIJER, Gerrit. "City and country – Lessons from european economic thought". *American Journal of Economics and Sociology*, v. 60, n. 1, jan. 2001.
- BAGNASCO, Arnaldo. La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana". *Política Agrícola*, número especial. 1997.
- BAIROCH, Paul. "Cinq milénaires de croissance urbaine". In: SACHS, Ignacy (org.). *Quelles villes pour quel développement*. Paris: Seuil, 1992.
- _____. *Economics and world history*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Le bal des célibataires – Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil, 2002.
- BRANDENBURG, Alfio. "Do rural tradicional ao rural socioambiental". *Paper* apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Flammarion, 1985.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo*, 3 v. São Paulo: Martins Fontes, 1979/1995.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1936/1995.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: José Olympio, 1964.

- CHAMPAGNE, Patrick. *L'héritage refusé – La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française – 1950-2000*. Paris: Seuil, 2002.
- COULOMB, Pierre. “Du secteur au territoire – Vers um nouveau modèle sócio-político”. *Pour*, Paris, n. 130/131, p. 21-8. 1991.
- DOMINGUES, José M. “A cidade: racionalização e liberdade”. In: SOUZA, Jessé (org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. da UnB, 2000.
- DUBY, Georges. “L’urbanisation dans l’histoire”. *Études Rurales*, n. 49-50, p. 10-4. Jan.-jun. 1973.
- FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do agrário ao territorial. Tese de doutorado. Procam/ USP. São Paulo, 2006.
- FRIEDLAND, William H. “The end of rural society and the future of rural sociology”. *Rural Sociology*, 47 (4), p. 598-608. 1982.
- _____. “Agriculture and rurality – Beginning the ‘final separation?’”. *Rural Sociology*, 67 (3), p. 350-71. 2002.
- GARCIA JR., Afrânio R. e GRZYNSZPAN, Mario. “Veredas da questão agrária e enigmas do Grande Sertão”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Anpocs; Brasília: Ed. Sumaré, CAPES, 2002, v. IV (1970-2002).
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: IE-Unicamp, 1999, Coleção Pesquisas, n. 1.
- HERVIEU, Bertrand e VIARD, Jean. *Au bonheur des campagnes*. Paris: L’Aube, 1996/2001.
- IBGE, IPEA, NESUR-IE/UNICAMP. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 2 v. Campinas: IE/Unicamp, 1999.
- INSEE, INRA. *Les campagnes et leurs villes – Contours et caractères*. Paris, 1998.
- JACOBS, Jane. *Cities and the wealth of nations*. London: Penguin Books, 1984.
- JEAN, Bruno. *Territoires d’avenir – Pour une sociologie de la ruralité*. PUQ, 1997.
- JOLLIVET, M. “A vocação atual da sociologia rural”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, p. 5-25. Out. 1998.

- JOLLIVET, M. e GERVAIS, M. *Histoire de la France rurale*. Paris: Seuil, 1976, tomo 4: La fin de la France paysanne: de 1914 à nos jours.
- JULLIARD, E. "Urbanisation des campagnes". *Études Rurales*, n. 49-50, p. 5-10. Jan.-jun. 1973.
- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale – Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.
- _____. *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: Datar, L'Aube, 1993.
- LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993/1998, v. I, II.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1974/1995.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1970/2002.
- MAGNAGHI, Alberto. *The urban village*. London: Zed Books, 2005.
- MARSDEN, Terry. "Rural futures: the consumption countryside and its regulation". *Sociologia Ruralis*, v. 39, n. 4, p. 501-26. Out. 1999.
- MARTINS, José de Souza. "As idéias-unidade da sociologia". In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. "Conservadorismo e sociologia". In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec.
- MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurance. *Histoire des agricultures du monde – Du Néolithique à la crise contemporaine*. Paris: Seuil, 1997/2002.
- MCcGRANAHAN, David (1999). "Natural amenities drive rural population change". *Agricultural Economic Report*, n. 781. Washington, USDA-ERS, 1999.
- MENDRAS, Henri. *Sociétés paysannes*. Paris: Armand Colin, 1976.
- _____. *La fin des paysans – Suive d'une réflexion sur la fin de paysans vingt ans après*. Paris: Actes Sud, 1984.

- MINGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico. “A difícil delimitação do ‘urbano’ e do ‘rural’ – Alguns exemplos e implicações teóricas”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 22. Abr. 1987.
- MONTE-MOR, Roberto L. M. “Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira”. In: CASTRIOTA, Leonardo B. (org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003.
- MORMONT, Marc. *À la recherche des especificités rurales*, 2000, fotocopiado.
- NAVARRO, Zander. “Desenvolvimento rural no Brasil – Os limites do passado e os caminhos do futuro”. *Estudos Avançados – Dossier Desenvolvimento Rural*, v. 15, n. 43. Set.-dez. 2001.
- NORTH, Douglass. *Structure and change in economic history*. New York, London: W. W. Norton & Company, 1981.
- _____. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press, 1990.
- OCDE. *Indicateurs territoriaux de l’emploi – Le point sur le développement rural*. Paris: OCDE, 1996.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo – Todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- PROJETO CUT–CONTAG. *Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil*. São Paulo, Brasília, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. “Do rural e do urbano no Brasil”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo (orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- RINGER, Fritz. *Metodologia de Max Weber – Unificação das ciências sociais e culturais*. São Paulo: Edusp, 2004.
- RIST, Gilbert. *Le développement: histoire d’une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.
- RIVERO, Oswaldo. *O mito do desenvolvimento. Os países inviáveis no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ROMERO, José Luis. *América Latina – As cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.
- SANTOS, Afonso Carlos M. “As cidades como idéias – Apresentação”. In: ROMERO, José Luis. *América Latina – As cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. e GALPIN, C. “Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano”. In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

VECCHIATTI, Karin. Desenvolvimento territorial rural: o diálogo entre sociedade, natureza e economia segundo Jane Jacobs. Dissertação de mestrado. Procam-USP, 2003.

VEIGA, José Eli. A face territorial do desenvolvimento. 1998. Relatório de pesquisa. Fapesp, São Paulo.

_____. *A face rural do desenvolvimento – Natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

_____. “Destinos da ruralidade no processo de globalização”. *Estudos Avançados*, n. 51, p. 51-67. Maio-ago. 2004.

_____. “Destinos da ruralidade – Um ‘zoom’ sobre a Itália”. *Paper* apresentado no XXIX Encontro Nacional da Anpocs. Caxambu. Out. 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145. Out. 2000.

WEBER, Max. “A objetividade nas ciências sociais”. In: *Max Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1974.

_____. *Economia e sociedade*, 2 v. Brasília: Ed. da UnB, 1998, 2000.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1904, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *The city and the country*. London: Hogarth Press, 1985.

ARILSON DA SILVA FAVARETO é sociólogo, doutor em ciência ambiental pela USP e professor da Universidade Federal do ABC. Este artigo é uma versão modificada de um dos capítulos da tese de doutorado do autor, Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do agrário ao territorial. Cf. Favareto [2006].